

ACTA N.º 26
MANDATO 2005/2009

Aos dezasseis dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se segunda reunião da Assembleia Municipal de Valongo, da Sessão Ordinária do dia vinte e dois de Dezembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----

2. Período antes da ordem do dia; -----

2.1 Assuntos gerais de interesse para a Autarquia; -----

Ordem do Dia: -----

1. Discussão e aprovação das actas das reuniões dos dias 2008-12-22 e 2008-12-29; -----

2. Discutir e votar propostas da Câmara Municipal sobre: -----

2.1 Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2009; -----;

2.2 Mapa de Pessoal para o ano 2009; -----

3 Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós e os Senhores Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, Paulo Miguel da Silva Santos, Maria José Baptista de Moura Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes. -----

Verificaram-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal António Fernando Correia Monteiro e Henrique Jorge Campos Cunha, tendo sido substituídos, respectivamente, por Carlos Alberto Oliveira Basto e Jorge Manuel Ferreira da Rocha. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu início à reunião. -----

O Senhor **Segundo Secretário Olívio Alexandre Amador Cruz** procedeu à chamada dos Senhores Deputados. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** convidou o Deputado José Fernando Santos Castro para substituir o Primeiro Secretário da Mesa, dando de seguida a palavra ao público, não se tendo verificado intervenções por parte deste, foi dada a palavra aos Senhores Deputados que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Deputado Manuel Sousa da Silva Cavadas**, fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.1. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que como é

do conhecimento a CDU foi e é contra a instalação de parquímetros no concelho de Valongo, assim como foi contra a sua concessão a empresas privadas. -----

Sendo, também, conhecido que a Empresa que explora a actividade no Concelho aumentou, unilateralmente, em 2006, as taxas a pagar pelos Municípios. Esse aumento não teve o acordo da CDU e tendo em conta as declarações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara parecia que este também não concordava. -----

Na altura havia motivos para que a Câmara de Valongo tirasse a concessão a essa empresa, pois houve um incumprimento grave, por parte da mesma, ao aumentar unilateralmente as taxas. -----

Disse, ainda que a maioria do PSD não o quis, e durante longo tempo passou no Concelho a imperar a Lei da selva, pois alguns Municípios pagavam, e outros arriscavam e não pagavam. -----

Perante essa situação disponibilizou-se a CDU, com o objectivo de acabar com essa anormalidade, a apresentar uma proposta para resolver o problema. Não contente com a proposta, a Empresa que detém a concessão avançou com a exigência do aumento do período de concessão dos edifícios do Parque Urbano de Ermesinde por mais algumas dezenas de anos, tendo essa pretensão o acordo do Executivo Camarário, contra a posição da CDU, a Assembleia Municipal deu o seu aval, ainda que para tal tivesse que ser usado o voto de qualidade. -----

Tendo em conta o plano administrativo nada de anormal aconteceu, foram respeitados pelos Órgãos Autárquicos todos os procedimentos, no entanto o comportamento por parte da Empresa Concessionária merece da parte da CDU reprovação, assim como o Executivo devia ser mais rígido no cumprimento do contrato de concessão, enquanto a Assembleia contribuiu para o chamo equilíbrio financeiro da Empresa Concessionária esqueceu o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal. -----

Assim, pediu a CDU algumas informações à Câmara Municipal de Valongo, por um lado a receita anual entregue à Câmara Municipal de Valongo, nos termos do contrato de concessão, e por outro lado os meios disponibilizados pela Câmara para a fiscalização dos parquímetros, funcionários da Câmara com funções de fiscalização. -----

Embora as informações prestadas pela Câmara relativamente aos meios para fiscalização não fossem totalmente esclarecedoras, conclui-se que oito funcionários municipais são destacados para esse efeito. -----

Tendo a CDU obtido os seguintes resultados: a receita anual entregue, inscrita no Orçamento, tendo como base o arrecadado em 2008, doze mil quatrocentos e setenta euros, despesa anual por parte da Câmara para fiscalizar as zonas parqueadas, setenta e seis mil quinhentos e dez euros. ----

Fazendo as contas constata-se que a Câmara tem um défice anual com a concessão de sessenta e quatro mil e quarenta euros, se multiplicarem essa verba por trinta anos, o prejuízo será, a preços actuais, de um milhão

novecentos e vinte e um mil euros, se multiplicarem por cinquenta anos têm um défice, para os cofres da Câmara, de três milhões duzentos e dois mil euros. -----

Mais grave ainda, é quanto mais a Câmara de Valongo aumenta a fiscalização, mais aumenta o lucro da Empresa Concessionária, aumentando o prejuízo para a Câmara. -----

Assim, o encaixe da Empresa Concessionária ao fim de cinquenta anos será, a preços actuais, de dez milhões setecentos e doze mil oitocentos e cinquenta euros, a esse valor teriam que ser acrescidos a inflação anual, e as mais valias da exploração das superfícies dos parques de estacionamento, de Valongo e Ermesinde, dinheiro que a entrar nos cofres da Autarquia muitas carência resolviam aos Municípios. -----

Disse, ainda, que a CDU não pode, nem vai, calar-se perante esse verdadeiro escândalo, um exemplo acabado do que tem significado a privatização dos serviços, subsídios públicos para empresas privadas que assim vêm os seus lucros exponencialmente ampliados. -----

Não se cansarão de criticar essa política nefasta da maioria do PSD, esperam da parte da Assembleia que haja uma clara afirmação de repúdio perante a delapidação do erário público que a situação representa. -----

Lamentam, também, que a Assembleia não tenha aprovado a constituição de uma Comissão Municipal para a concessão da distribuição da água e dos serviços municipalizados, talvez nesse caso tivessem mais algumas surpresas desagradáveis para os Municípios e para a saúde financeira da Autarquia. -----

Terminou dizendo que os Valonguenses precisam de conhecer essas situações, a CDU continua a desenvolver a sua missão de denúncia daquilo que são os atropelos à saúde financeira da Autarquia, e aos contribuintes e limitações às possibilidades do desenvolvimento do Concelho, estará atenta àquilo que se ouve nos corredores acerca de mais uma entrega de serviços a entidades privadas. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto** começou por dizer que se tem verificado, em Ermesinde particularmente, que existe uma série de obras em vias, ruas, e o que acontece é que a obra é mal feita ou alguém está a deitar dinheiro ao bolso à custa dessa obra, não sabe de quem é a responsabilidade, se da Câmara, se da Junta de Estradas, mas há pavimentos que estão a ser levantados, sem razão aparente, e passado dois meses tem que se estar a tapar buracos, pois estão muito pior do que aquilo que estavam. -----

Numa zona na Travagem, que vai até meio da ponte do rio Leça, em que levantaram a via, que estava razoavelmente boa para se circular, passado dois meses a via estava simplesmente intransitável, porque entretanto, não sabe de quem é a responsabilidade, se da Câmara ou não, acabou por tapar os buracos de alcatrão, quando todos sabem o que resulta tapar buracos de alcatrão, pois levanta novamente, inclusive o centro da rua ficou desnivelado.

Disse, ainda que levantaram uma passadeira, que estava colocada numa zona bastante perigosa, mas que servia para alguma coisa e passado três meses de a levantarem continua a não existir, não obstante de existir lá uma placa cuidado com a passadeira. -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida**, começou por dizer que ao afirmar-se que o País atravessa uma grave crise, onde predomina o flagelo do desemprego, e a carência de meios que permitam a criação de novas empresas e de novos postos de trabalho, não estão a dizer nada que seja novidade. -----

Como não é novidade afirmar-se que a Câmara Municipal de Valongo, desde há muitos anos, se mantém em estado comatoso, incapaz de responder às imensas solicitações das populações das diversas freguesias, e a criação de condições que retirem o Município de uma situação muito atrasada. Não porque lhe tenham faltado os meios, mas por clamorosos erros de gestão e uma evidente falta de projecto e objectivos. -----

Disse, ainda, que para essa realidade têm chamado por diversas vezes à atenção da Assembleia, e voltam a fazê-lo porque anotaram uma habitual anomalia, sendo agravada em ano eleitoral, assim aconteceu nos mandatos anteriores e neste isso já se evidencia. -----

Como todos já se aperceberam com o aumento brutal da dívida a curto prazo, num ano cresceu cerca de 100%, e se isso resultasse de um aumento de investimento originado por uma considerável melhoria e progresso do Concelho, ainda se aceitaria, embora contrariando o movimento da Administração Central, no sentido de pagar atempadamente aos seus fornecedores, mas em Valongo tudo tem que acontecer em contra ciclo. -----

Continuou dizendo que o Presidente da Câmara, Dr. Fernando Melo, não paga aos seus fornecedores, pelo contrário financia-se para fazer demagogia e propaganda nas empresas, pequenas e médias, suas fornecedoras, estando a contribuir para o agravamento da crise no concelho de Valongo, mais empresas vão fechar ou deixar de pagar salários atempadamente, o desemprego vai aumentar, com os crónicos erros de gestão que estão a contribuir para eles. -----

Disse ser inadmissível retirar poderes delegados a quem estava a cumprir uma promessa feita aos Autarcas do Partido Socialista, em devido tempo, e no início do mandato, de reduzir para valores aceitáveis a dívida a curto prazo, para em pouco mais de meio ano a aumentar em cerca de sete milhões de euros. -----

Ainda mais grave é que só vai à Assembleia deliberações que a serem aprovadas agravaram o défice Municipal, só para em ano eleitoral, que é o de dois mil e nove, se agarrar ao poder sem perspectivas de melhoria do Concelho e das suas populações. -----

Terminou dizendo que continuam atentos e não deixarão de denunciar todos os atropelos que se continuar a fazer, não contem com eles para continuar a frustrar as legítimas expectativas dos valonguenses. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que relativamente dos parçómetros as taxas que estão em vigor foram aprovadas pela Assembleia, por proposta da CDU. -----

Quanto aos custos da fiscalização ao longo do último ano o assunto ficou resolvido, nós anos anteriores um dos cavalos de batalha da oposição era que a fiscalização estava a ser feita por funcionários da Empresa, situação que foi resolvida, passando a fiscalização a ser feita por fiscais da Câmara. – Disse que nas contas feitas pelo Deputado Deolindo Caetano falta uma parcela importante, porventura a mais importante, que foram os investimentos feitos nos parques subterrâneos. -----

Disse de seguida que relativamente à intervenção do Deputado Carlos Bastos, sobre as afirmações de quem meteu dinheiro ao bolso foram um bocado descabidas. -----

Assim como só se referiu à rua da Travagem que é uma Estrada Nacional e assim da responsabilidade do Governo Central. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto** disse que na sua intervenção referiu que não tinha a certeza de quem era a responsabilidade, assim como a obra estava a ser mal feita. -----

Quanto a meter a meter dinheiro ao bolso não fez uma afirmação categórica. Agora a Câmara não se pode fugir à responsabilidade de se estar a fazer o que quer que seja no território de Valongo, e a Câmara ficar impávida e serena, se fica buracos ou não, se é transitável ou não, a Câmara tem a obrigação de chamar à atenção das Estradas de Portugal, se é da responsabilidade das Estradas de Portugal. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** informou que a Câmara quando em Estradas Nacionais se verifica alguma anomalia, é feito de imediato um ofício às Estradas de Portugal para reporem a estrada nas devidas condições. -----

No caso da passadeira foi feito um ofício à EP para que seja posta, novamente, no local. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano**, disse que relativamente às contas de que falou na sua intervenção, estas só podiam ser agora, pois só em dois mil e oito se passou um ano em que a Empresa Concessionária fez as contas e entregou à Câmara, em dois mil e sete ainda não estavam as taxas em vigor. -----

Disse de seguida que o estava em causa, é que, quando se entregou por mais vinte anos a concessão dos edifícios, em Ermesinde, era para equilibrar as contas da Empresa privada, nunca a Câmara se preocupou em equilibrar as suas contas. -----

A Câmara com a concessão tem um prejuízo de sessenta e quatro mil euros, fazendo as contas ao ordenado mais baixo, tirando as ajudas de custo, bem como não a quinze funcionários mas a oito, se fizerem as contas aos horários de trabalho se calhar tem que ser mais de oito. -----

Se fizerem as contas àquilo que a Empresa Concessionária vai buscar com a

renda do ginásio e do café, provavelmente os dois milhões e quatrocentos mil euros irá duplicar, receitas das quais nenhuma vai para a Câmara. -----
Assim se a concessão estivesse nas mãos da Câmara, esta tinha por ano um lucro que daria para pagar aos funcionários, e até para as escolas. -----
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que na sua opinião as contas estão mal feitas, pois o investimento que a Empresa fez nos parques não foi referido, e é muito maior. -----
Disse de seguida que a questão dos parcometros não é um negócio de deve e haver, mas sim um modo de regularizar e estacionamento nas cidades. ---
A regularização do estacionamento tem um custo social que não consta do estudo feito pelo Deputado Deolindo Caetano, que é o mais importante. -----
Relativamente às multas que são aplicadas parte da receita reverte para a Câmara. -----
O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** disse que relativamente às ruas que estão levantadas, assistem, em ano de eleições, a um cataclismo, por todo o País. -----
Disse de seguida que a Rua Rodrigues de Freitas, da ponte de caminho de ferro até à Maia, está sem passeios há bastante tempo, um cidadão com deficiência, um carrinho de bebé, não pode andar na rua, pois está sem passeios de um lado e do outro. -----
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** informou que a Rua Rodrigues de Freitas está a ser intervencionada desde o Alto da Maia até à Estação. -----
O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que a questão colocada pelo Deputado Deolindo Caetano é muito importante, e não deviam deixar passa à superfície quanto possa parecer. -----
Considera que o estacionamento à superfície, ou subterrâneo, não é só para regular o trânsito, pois isso é uma visão muito simplista. -----
Disse de seguida que, em Valongo, o processo correu muito mal, nasceu no anterior mandato, e só estabilizando no actual mandato, existindo muitos problemas pelo meio. -----
Considera que é uma matéria suficiente digna para que seja criada uma Comissão, com representantes de todos os Partidos, para avaliar a questão, pois ninguém estará muito esclarecido com os argumentos apresentados. ----
A Comissão cai nos poderes que a Assembleia tem, sendo o seu papel de fiscalização, assim como nenhum dos Partidos representados na Assembleia terá nada a esconder. -----
Assim proporia a criação de uma Comissão para avaliar a questão da concessão do estacionamento no concelho de Valongo, entregando à Mesa uma Proposta que se anexa à presente acta como Doc.2. -----
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse ter registado com agrado que a questão dos parcometros estabilizou no actual mandato, assim se estabilizou não seria necessário a criação de uma Comissão. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**

colocou à votação a continuação do período antes da ordem do dia no final da Assembleia, sendo aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão a aprovação da acta do dia 22-12-2009, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e aprovada por maioria com vinte e oito votos a favor e quatro abstenções em devido aos Senhores Deputados não terem estado presentes na reunião. -----

Seguidamente colocou à discussão a aprovação da acta do dia 29-12-2009, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e sete abstenções em devido aos Senhores Deputados não terem estado presentes na reunião. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.1 Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2009. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** começou por dizer que a segunda versão do Orçamento e Plano de Actividades para 2009 não é mais do que aquele que foi anteriormente apresentado. -----

Houve umas alterações nas despesas correntes que resultaram da gestão da Câmara, que ocorreram desde finais de Novembro, ou Dezembro, até à data, e pouco mais. -----

Quanto ao Plano de Emergência Alimentar, plano que a Câmara decidiu acrescentar ao Orçamento, considera uma medida eminentemente eleitoralista. Pois as Instituições de Solidariedade Social, entidades vocacionadas para prestar ajuda às pessoas mais carenciadas, já o fazem com satisfação geral, assim como podiam aumentar o serviço que prestam, porque não lhes falta um sistema que está montado para o fazer. -----

Lamentam que a Câmara tenha chamado a si essa medida, pois foi retirar parte dos subsídios que estavam previstos para as Instituições de Solidariedade Social, para cobrir a despesa que a medida vai provocar. -----

Quanto ao resto do Orçamento e Grandes Opções do Plano, continuam a entender aquilo que já manifestaram em relação à primeira versão, por isso o Partido Socialista vai votar, novamente, contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.3. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto Oliveira Magalhães Basto** começou por dizer que estão a debater um Plano de Actividades e Orçamento para 2009 num momento de especiais dificuldades no País e no Mundo. -----

Na conjuntura actual não cabe a uma Câmara Municipal, seja ela qual for, acabar com a crise que cresce cada dia, fruto das políticas neo liberais que os sucessivos Governos Nacionais, e Internacionais foram implementando nas últimas décadas. -----

Um Orçamento Municipal deve reflectir uma vontade de contribuir para mitigar os problemas colocados aos cidadãos pela crise geral do capitalismo, ajudando a criar soluções para ajudar a dar a volta à situação. -----

Sem surpresas para o Bloco de Esquerda a maioria PSD na Câmara de

Valongo propôs um Orçamento que passa praticamente ao lado dessas questões, limitando-se a prometer um Plano de Apoio de Emergência Alimentar a famílias, que faz falta mas que ignora os problemas estruturais do Concelho. -----

Num Município em que há pouco emprego a crise combate-se criando condições para o fomento do investimento, e para a criação de postos de trabalho, em áreas inovadoras ligadas à tecnologia e ao ambiente. -----

Disse, ainda, que neste momento às gritantes dificuldades sociais o Executivo continua a ignorar as famílias que habitam nos Bairros Sociais, a Assembleia no actual mandato criou uma Comissão de Acompanhamento desses Empreendimentos Municipais, fizeram-se visitas aos Bairros, detectaram-se inúmeras carências, elaborou-se um relatório propondo medidas que iriam melhorar as condições de vida destas pessoas. Perante esse trabalho dos Deputados Municipais que fez o PSD e o Presidente da Câmara? Nada, deixou tudo ou quase tudo como dantes. -----

O PSD, e outras Forças Políticas, fazem questão de proclamar a inverdade de que o Bloco de Esquerda é uma força de protesto, e não apresenta alternativas, mas pelo contrário apresentaram alternativas no período de discussão do presente Orçamento, já que na primeira versão apresentaram propostas que não foram tidas em consideração, o que não os espanta, dariam trabalho levá-las à prática. -----

Vão ter uma Câmara de costas voltadas para o movimento associativo local, que continua sem os apoios necessários para prosseguir com a sua actividade, ao ritmo que a motivação dos dirigentes e associados gostariam de implementar. -----

A mobilidade no interior do Concelho vai continuar a ser uma miragem para aqueles que se deslocam nos transportes públicos, não existe, e a Câmara não tem vontade política de que exista rede de transportes públicos que una e apoie as cinco Freguesias do Município. A falta de ligação entre as Freguesias faz com que milhares de valonguenses não tenham o sentimento da pertença ao concelho, não se sintam cidadãos de Valongo. -----

De quase todo o deserto de ideias, e propostas, voltam apenas com algum impacto e valor os projectos para a construção e remodelação do parque escolar, que há muito o Bloco de Esquerda reivindicava essa intenção. Aproveitando o consenso das matérias educativas, e dos projectos lançados, o Senhor Presidente da Câmara já aqui deixou a ameaça de chantagem, aquando da votação do primeiro Orçamento, deixou implícita a possibilidade de acusar a oposição de não deixar modernizar o parque escolar, e actividades lectivas, com o chumbo do orçamento. -----

Terminou dizendo que pelo atrás exposto o Bloco de Esquerda reafirma que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2009, apresentado pela Câmara, não corresponde às necessidades mais básicas do concelho de Valongo, assim de forma coerente com as posições que vêm tomando, dos direitos e expressões dos valonguenses, votam contra a proposta de

Orçamento. -----
O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.4. -----
Disse de seguida que relativamente à intervenção do Deputado Casimiro, que as Instituições de Solidariedade no Concelho não têm condições para dar resposta aos pedidos que lhe chegam. -----
O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que carenciados no Concelho existem muitos, e a crise de que agora se fala há muitos meses que se vem implementando em Portugal, e em Valongo. -----
Disse de seguida que o Deputado Albino Poças pode falar pela sua Instituição, mas não generalizar, pois o Centro Social de Ermesinde fornece jantares á muito tempo, levando-os a casa das pessoas, assim como não fornece mais porque não foi solicitado, pois tem capacidade para fornecer mais jantares. -----
O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** disse que em dois mil e cinco a Misericórdia dava apoio domiciliário nas freguesias de Sobrado, Campo e Valongo tendo na altura um protocolo para vinte e duas pessoas, e raramente tinha esse número preenchido, hoje, só na freguesia de Valongo, dá apoio domiciliário a cinquenta pessoas. -----
Quanto à possibilidade das instituições terem, ou não terem, possibilidades cada um responde pelas possibilidades que as suas instituições têm. -----
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que entenderam que a Câmara tinha obrigação, num momento como o actual, de tomar uma posição, de fazer algo pela nova pobreza das famílias carenciadas. -----
Vão fazer aquilo que podem, dentro das suas possibilidades, tendo o Serviço Social identificado duzentas famílias carenciadas, a quem vão levar uma refeição à tarde, distribuídas pelas cinco Freguesias. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 2.1 Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2009, sendo aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo treze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, catorze votos contra, sendo doze votos contra do Grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo Municipal da CDU e um voto contra do Grupo Municipal do BE, e duas abstenções sendo, uma abstenção do Deputado António Marques Oliveira e uma abstenção do Deputado José Carvalho da Rocha. ---
Foram entregues duas Declarações de Voto um do Grupo Municipal do PS e uma do Deputado António Fernandes Monteiro anexas à presente acta, respectivamente, como Doc. 5 e Doc.6. -----
De seguida colocou à discussão o ponto 2.2 Mapa de Pessoal para o ano 2009. -----
O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** disse que relativamente ao

Mapa de Pessoal que foi apresentado, no essencial, mantém aquilo que constava no anterior. -----
Salientou o facto de ter havido o cuidado de elaborar um preâmbulo onde se faz o enquadramento legal do documento, tentando-se justificar a criação de duzentos e doze postos de trabalho, assim como a sua forma de vinculação contratual, coisa que não foi feita na primeira versão. -----
Não obstante a obra conseguida no preâmbulo continuam convencidos que o Mapa de Pessoal não é o que mais se adequa às necessidades, e situação económico financeira do Município. -----
Assim como já deixaram bem expresso, bem fundamentamos, aquando da discussão da primeira versão do documento, o Partido Socialista vai votar contra o Mapa de Pessoal. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.7. -----
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que foram feita alterações que foram alvo de críticas, bem como pela sua vontade contratariam mais pessoas, como Auxiliares de Educação, caso fosse permitido pelo Ministério, pois as existentes são insuficientes. ----
Quanto à questão dos parques e jardins é um disparate não contrataram nenhum grupo de jardineiros, os jardineiros são os mesmos, o que fizeram foi pedir a um Gabinete de Arquitectos que fizesse um estudo para programar alguns jardins, dois Arquitectos e um Auxiliar. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que tem ideia de que já esteve agendada, em reunião de Câmara, uma proposta para a entrega dos parques e jardins a uma empresa privada. -----
O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que não vai ser entregue a nenhuma empresa privada. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que pretendia ser esclarecido se foi, ou não, uma proposta de manutenção dos parques e jardins ao Executivo Camarário. -----
O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** informou que não há, de facto, a entrega de parques e jardins a uma empresa privado, o que existiu foi de pegar em duas ou três áreas ajardinadas e se faça um concurso para que uma empresa trate dessas ares. -----
Disse de seguida que a área verde, a ser tratada, no Concelho corresponde a cento e trinta campos de futebol, e o número de jardineiros existentes na Câmara, até por haver pouca oferta profissional, tem diminuído. -----
Assim, como, por questões legais nos loteamentos que a Câmara vai aprovando existe a obrigação de fazer cedências de áreas verdes, recebendo a Câmara mais áreas verdes para tratar. -----
O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que o Senhor Presidente da Câmara informou que são três Arquitectos e o Vereador Mário Duarte disse que vai ser entregue parte dos parques e jardins a uma empresa privada. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo** disse que uma coisa são projectos para novos jardins, e são entregues a Arquitectos, outra coisa é o problema das regas dos jardins e manutenção, onde os jardineiros existentes não são suficientes. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente ao Mapa de Pessoal a Câmara informou que precisa de jardineiros, se tirarem os AECS, que são cento e setenta, e esses as verbas vêm do Estado, falta os outros quarenta e tal. -----

Se a Câmara detecta que no Quadro de Pessoal há falta de jardineiros, então porque não os incluir no Quadro de Pessoal. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira pereira de Melo**, disse que vão trabalhando com os jardineiros que têm, tendo contratado os Arquitectos Paisagistas que necessitavam. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** disse que na Câmara existem os funcionários afectos às chamadas funções políticas e os outros que não estão afectos às mesmas, que são aqueles que dão corpo e fazem com que a máquina das Câmaras funcione. -----

Disse de seguida que se o Senhor Presidente da Câmara tivesse sido eleito há meia dúzia de meses, ou há um ano, ou até este fosse o seu primeiro mandato, poderiam compreender que a Câmara não tivesse uma perspectiva estabilizada sobre a matéria, mas já é Presidente da Câmara há quinze anos, em Valongo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto 2.2 Mapa de Pessoal para o ano 2009 sendo aprovado por maioria com dezasseis votos a favor sendo, treze votos a favor do Grupo Municipal do PSD, um voto a favor do Grupo Municipal do CDS/PP, um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares e um voto a favor da Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas, dezasseis votos contra sendo, catorze votos contra do Grupo Municipal do PS, um voto contra do Grupo Municipal da CDU e um voto contra do Grupo Municipal do BE, pela Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas foi utilizado o Voto de Qualidade aprovando o ponto. -----

Foi apresentada pelo Grupo Municipal do PS uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc.8. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto 3 Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções relativamente a este ponto. -----

Seguidamente colocou à votação a admissão da Proposta, apresentada pelo Deputado José Manuel Ribeiro, anexa à presente acta como Doc.2, sendo admitida por unanimidade, sendo colocada de seguida à discussão. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que tem dúvidas relativamente a, designadamente uma avaliação do custo benefício, gostaria de saber se é uma avaliação do custo benefício sob o

ponto de vista contabilístico, sob o ponto de vista político, quais as variáveis ser tidas em conta. -----

Se for sob o ponto de vista contabilístico estão a falar em fazer uma compilação de números, para ir além disso era importante ficar especificado, assim como saberem quais os objectivos da Comissão à partida. -----

O **Senhor Deputado José Manuel Ribeiro** disse que sobre a análise do custo benefício o que interessa é a dimensão económica, pois estão num espaço político, outro tipo de análise pode ser interessante mas a que interessa é a económica. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que n caso da Comissão ser aprovada a análise que interessa é o custo económica, pois foi feito em estudo de viabilidade económica da Empresa, que lhes foi distribuído, onde se sustentava que tinha que haver um de mais vinte anos do uso fruto do estacionamento, com o que a Câmara concordou. -----

Gostaria que dessa Comissão saísse o que relativamente à concessão quanto é que a Câmara poderia ter ganho e não ganhou, e quanto ganhou a Empresa. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que relativamente aos parçómetros as dúvidas legais que existem já foram resolvidas, estando o assunto completamente estabilizado, e pacificado. -----

Disse de seguida que os contratos de concessão têm legislação própria, onde existem direitos e deveres para o concessionário e para o concessionante, o chamado equilíbrio financeiro do contrato, que tem que ser mantido durante a vigência do contrato. -----

O no equilíbrio financeiro do contrato há uma margem, para baixo e para cima, contra a Câmara, ou a favor da Empresa, uma margem bem especificada na Lei a partir da qual, ou para um lado ou para o outro, há direito a rever o contrato de concessão. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** disse que relativamente ao assunto em discussão se as coisas tivessem sido claras provavelmente não estariam a discutir a criação da Comissão. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** começou por dizer nada ter contra as Comissões, mas que as mesmas não devem ser vulgarizadas. -----

Sobre o assunto em apreço o que está em causa é uma parceria público privada, que está perfeitamente definida e o que está estipulado tem que ser cumprido. -----

Fazerem uma análise política é a missão deles, mas se pretendem dados, se querem estudo económico do custo benefício, não vê onde essa Comissão, com um Elemento de cada Partido, terá capacidade técnica para fazer esse estudo económico, poderão analisar os resultados. -----

Na sua opinião não vê necessidade na criação da Comissão, pois considera que não haja não escondido por parte da Câmara, e o que lhes compete a eles é dizer se foi, ou não, ma boa opção política. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer

que concordava com a intervenção do Deputado Arnaldo Soares, assim como o Deputado Deolindo Caetano fez as suas contas e teceu considerações políticas, com as quais podem, ou não concordar, que é para isso que ali estão. -----

O que se está a propor é que seja feito um trabalho técnico, com o qual discorda, pois na sua opinião para esse trabalho teriam que arranjar alguma credenciação para a elaboração do mesmo. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que a questão política foi a raiz da questão de se entregar a actividade a uma empresa privada, que foi feito na altura da concessão. -----

Assim, a única maneira de se medir se a decisão tomada em dois mil e dois, ano da concessão, depois com as trapalhadas que houve pelo meio, a alteração de do valor dos parquímetros de sessenta para trinta cêntimos, o aumento do número de anos de concessão para empresa, altura em que a Câmara, se fosse rigorosa, rescindia o contrato de concessão, só em dois mil e oito foi possível apurar o que os Municípes entregavam nos parcómetros, o único onde houve estabilidade no pagamento. -----

Terminou dizendo que o que têm que abordar é se a concessão deu lucro, se foi bom para as finanças da Câmara, ou não. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** disse que gostaria que lhe confirmassem, a propósito da banalização das Comissões, quantas Comissões firam criadas pela Assembleia na actual mandato. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** informou que só uma Comissão foi criada. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** disse que o argumento utilizado pelo Deputado Arnaldo Soares foi mau, pois a existência de muitas ou poucas Comissões depende da dinâmica das Assembleias. -----

O Senhor **Deputado Carlos Alberto das Neves Poças** disse existirem dois aspectos que gostaria de abordar, o primeiro é que começa por uma premissa errada por parte do Deputado Deolindo Caetano ao contabilizar os funcionários da Câmara como estando ao serviço da Empresa Concessionária. -----

Relativamente ao pedido feito, de criação de uma Comissão, a avaliação técnica não deve ser feita por eles, se estivesse em causa alguma irregularidade quanto ao contrato, que julga não ter sido detectada, aí sim concordaria com a Comissão, para uma avaliação, técnico, do custo benefício não. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** disse que por uma questão de princípio e por experiência, este tipo de Comissão, normalmente, não leva a lado nenhum, não vendo necessidade da sua criação. -----

Disse, ainda, que têm assistido, ao longos dos últimos tempos, o Partido Socialista vetar variadíssimos pedidos de Comissões, e nunca ouviu o Deputado José Manuel Ribeiro insurgir-se contra o voto dos seus colegas. ---

O Senhor **Deputado José Manuel Ribeiro** disse na intervenção do

Deputado Albino Poças foi feita uma referência directa enquanto desempenhou funções na Assembleia da República, e gostaria de ser esclarecido em que matéria em concreto não teve posição. -----

Disse de seguida que esteve onze meses na Assembleia da República, hoje não é Deputado, desempenha outras funções, mas gostaria de saber em que matéria ele não teve uma posição. -----

Terminou dizendo que, em Novembro de 2005, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, numa entrevista a um Jornal Nacional, se comprometeu a avaliar muito bem a questão da concessão do estacionamento em Valongo. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Poças** disse que ninguém desconhece que ao longo dos últimos tempos os pedidos de criação de Comissões, para audição de várias matérias, quando não interessa ao Partido Socialista é vetado pelos seus Deputados. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** disse que quando falo em banalizar não é pela quantidade que se banaliza, mas sim para aquilo que se quer formar uma Comissão. -----

Na sua opinião o que se pretende são dados técnicos, e não políticos, e a seguir vão fazer um julgamento político, assim como não haverá capacidade técnica da Comissão para o fazer. -----

Terminou dizendo que o banalizar não é pela quantidade mas sim pela qualidade. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente à capacidade técnica de cada um não se deve fazer juízos de valor, se o Deputado Arnaldo Soares não se acha competente não faz parte da Comissão, ficando o assunto resolvido. Se os outros são competentes ou não para essa Comissão o resultado o dirá. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a Proposta anexa à presente acta como Doc.2 sendo aprovada por maioria com dezassete votos a favor sendo, catorze votos a favor do Grupo Municipal do PS, um voto a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor do Grupo Municipal do BE e quinze votos contra, sendo treze votos contra do Grupo Municipal do PSD, um voto contra do Grupo Municipal do CDS/PP e um voto contra do Deputado Arnaldo Pinto Soares. -----

Pela Senhora Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

“Eu votei a favor desta Proposta porque, como eleita numa Assembleia Municipal, acho que tudo o que seja para esclarecimento, e se as Comissões é um direito que qualquer Assembleia tem, na sua formação e constituição, nós devemos utilizar essas Comissões para esclarecer tudo o que é possível, para tornar mais transparente, e perante os nossos Municípios podermos esclarece-los o mais devidamente possível.” -----

A Senhora **Presidente Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação a

aprovação em Minuta dos pontos 2.1 e 2.2 sendo aprovado por unanimidade.
De seguida deu por encerrada a sessão. -----
Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e
assinada. -----

A Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____